



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 33/2020, em que é recorrente **Alex Nain Saab Moran** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 57/2020

I - Relatório

1. **Alex Nain Saab Moran**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 62/2020, de 17 de novembro, proferido pelo Venerando Supremo Tribunal de Justiça, que indeferiu o seu pedido nos Autos de Providência de *Habeas Corpus* n.º 56/2020, veio, ao abrigo do artigo 20.º da Constituição da República, conjugado com os artigos 6.º a 25.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo) e os artigos 18.º, alínea a), e 134.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro (Lei do Tribunal Constitucional), interpor recurso de amparo e requerer a adoção de medidas provisórias, alegando, em síntese, que:

1.1. Tendo sido notificado do Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Barlavento que concedeu provimento ao requerimento do Ministério Público e determinou a sua extradição para os Estados-Unidos de América, inconformado com o sentido dessa decisão, interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça;

1.2. O Venerando Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão n.º 57/2020, de 16 de outubro, deu provimento parcial ao recurso e, consequentemente, reenviou o processo para o Tribunal da Relação de Barlavento para suprir nulidades e conhecer de exceções invocadas na oposição ao pedido de extradição;

1.3. Por considerar que o aresto a que se refere o parágrafo antecedente tinha interpretado e aplicado normas inconstitucionais, dele interpôs recurso para o Tribunal Constitucional restrito à questão da inconstitucionalidade;

1.4. Acontece, porém, que o Supremo Tribunal de Justiça, por via do Acórdão n.º 59/2020, de 06 de novembro, não admitiu o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, o qual foi objeto de reclamação para o Tribunal Constitucional. Por conseguinte, e na perspetiva do recorrente, o Acórdão n.º 57/2020, de 16 de outubro, ainda não transitou em julgado;

1.5. A 03 de novembro de 2020, dirigiu ao Tribunal da Relação de Barlavento um requerimento no qual, alegando que nessa data já se encontrava há mais de oitenta dias em detenção preventiva sem que houvesse uma decisão definitiva sobre a extradição, solicitou que fosse colocado imediatamente em liberdade;

1.6. A 09 de novembro de 2020, dirigiu ao mesmo Tribunal um requerimento com o mesmo teor do anterior, tendo nele formulado um pedido idêntico e o Tribunal da Relação de Barlavento reagiu, no dia 18 de novembro de 2020, nos seguintes termos: *“Ora, sem o processo para se apreciar os caminhos trilhados, este Tribunal não pode decidir sobre o requerimento ora apresentado, pelo que o mesmo continuará, à semelhança de outro anteriormente apresentado pelos ilustres advogados do requerente, a aguardar a baixa do processo, do STJ para este Tribunal da Relação de Barlavento;”*

1.7. Por considerar que se encontrava há mais de 80 dias em situação de detenção provisória, o que constitui, *inter alia*, uma violação do direito fundamental à liberdade, impetrou uma Providência de *Habeas Corpus*, que foi indeferida pelo Acórdão n.º 62/2020, de 17 de novembro, com fundamento na improcedência do alegado excesso de prazo da detenção provisória, porquanto o Acórdão n.º 57/2020, de 16 de outubro de 2020, que deu provimento parcial ao recurso e, conseqüentemente, reenviou o processo para o Tribunal da Relação de Barlavento para suprir nulidades e conhecer de exceções invocadas na oposição ao pedido de extradição foi proferido no 62.º dia, ou seja, no prazo previsto no n.º 3 do artigo 52.º da Lei sobre a Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, independentemente do trânsito em julgado;

1.8. No entanto, um dos Juízes Conselheiros integrantes da Conferência que decidiu a Providência de *Habeas Corpus*, tendo concordado com a decisão, divergiu dos seus colegas no que diz respeito à fundamentação nos termos da declaração de voto anexo ao aresto: *“Ora, lendo e relendo o referido art.º 52.º da Lei da extradição, aquilo que parece claro é que, em caso de esses prazos serem excedidos, existe, por um lado, uma obrigação legal*

de fazer cessar a medida detentiva e, por outro, uma obrigação de aplicar uma medida não detentiva, em substituição daquela, algo que não acontece, por exemplo, com a ultrapassagem dos prazos, prevenidos no art.º 279.º do CPP, em que a soltura do requerente ou beneficiário do habeas corpus se impõe...»

1.9. Para o recorrente, o Acórdão nº 62/2020, de 17 de novembro, ao indeferir o seu pedido, violou os artigos 31.º, nº 4, 30.º, nº 3, da Constituição da República de Cabo Verde, que são de aplicação direta dispondo que a prisão preventiva, *a fortiori*, a detenção provisória, é limitada “em tempo” como previsto “na lei”, in casu, art.º 52.º, nº 3, da LCJ, mas também o disposto nos números 1 e 4 do art.º 22.º e 4 e 5 do artigo 32.º, todos da Constituição da República de Cabo Verde;

1.10. Requer que seja decretada provisoriamente a sua libertação imediata do meio carcerário e substituída por detenção numa residência sob vigilância, caso a sua simples soltura imediata configure um risco, uma ameaça ou amedronte o Estado de Cabo Verde, em detalhe se decreta principalmente as seguintes medidas:

“A sua soltura para que com mais dignidade humana, aguarde a decisão do pedido de extradição,

Sendo certo que, espaços, lugares ou habitações, para aguardar a decisão, não faltarão; o próprio extraditando poderá, os providenciar, garantir e assegurar;

Não devendo aproximar-se dos aeroportos ou portos, a uma distância que venha a ser determinada pelas autoridades;

Com saídas para as outras ilhas única e exclusivamente mediante autorização das autoridades competentes;

Caso assim não se entender,

Sempre se poderá adoptar pelo descarceramento do extraditando e a sua colocação numa residência sob vigilância e segurança das autoridades cabo-verdianas,

Com saídas 4 (quatro) vezes por semana, a fim de assegurar, nomeadamente, consultas médicas, idas aos postos de saúde, barbeiros, locais para a prática de desportos, e outras necessidades.

***Que, acessoriamente,** se fixe uma caução num valor de 500.000€ (quinhentos mil euros). O processo de extradição, submete-se à legislação penal, por força do artigo 2.2 da Lei da Cooperação Judicial em material criminal, LCJ, que por sua vez admite a possibilidade de uma liberdade sob caução.”*

1.11. Termina o seu arrazoado, pedindo que:

- I. O Recurso de Amparo seja admitido pelo Tribunal Constitucional;*
- II. Este Tribunal declare que o Acórdão nº 62/2020 proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, nos autos de Habeas Corpus nº 56/20, viola os direitos do Recorrente, quais sejam:*
 - a) O direito à liberdade, nomeadamente, o direito fundamental de liberdade sobre o corpo;*
 - b) O princípio da presunção de inocência;*
- III. Sejam declarados violados os artigos nºs 1 e 4 do art.º 22.º da CRCV;*
- IV. Sejam declarados violados os artigos 17.º nºs 4 e 5, 32.º nº 5 da CRCV;*
- V. Que, em consequência seja ao recorrente:*
 - a) Restabelecidos os direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição; nomeadamente:*
 - b) Decretadas medidas provisórias, as quais, requeridas e explanadas, in extenso, no corpo do recurso.*
 - c) Determinar que o órgão recorrido promova a soltura imediata do recorrente como medida de conservação do seu direito à liberdade sobre o corpo e do direito a não ser mantido em detenção preventiva fora dos prazos legalmente estabelecidos, deferindo ao órgão competente a adopção de outras medidas de coação não privativas de liberdade que julgue adequadas pelo período necessário a que o amparo seja apreciado no mérito e processo siga a sua tramitação normal;*
 - d) Assistido por médicos especialistas num espaço não detentivo ou carcerário.*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer cujo teor, no essencial, se transcreve:

“(…) De forma confusa, apesar de o recorrente, inicialmente eleger como objeto do presente recurso de amparo, o acórdão nº 62/2020 de 17 de novembro, do Supremo Tribunal de Justiça, que alega ter violado (violado) o direito do extraditando à liberdade sobre o corpo e as garantias constitucionais que lhe estão associadas, pelo meio, aponta para a omissão de pronunciamento do Tribunal de Relação de Barlavento, relativo a dois pedidos de libertação, omissão essa que não seria decisão final porque passível de meios ordinários de impugnação.

Entretanto, de uma forma geral, o recorrente alega violação pelo STJ, através do acórdão nº 33/2020 de 14 de julho, do “seu direito à liberdade pessoal e do seu direito à presunção de inocência” pelos fundamentos que apresenta, os quais integram “direitos, liberdades e garantias fundamentais reconhecidos” na Constituição, preenchendo-se desta forma, objetivamente, o objeto do pedido de amparo constitucional, nos termos do art.º 2º da LA.

Da análise dos autos, constata-se que o recurso é tempestivo, porque interposto dentro do prazo legal de 20 dias e, o recorrente tem legitimidade. Instrui o requerimento com os documentos necessários à prova dos factos alegados.

Não se vislumbra que o Tribunal Constitucional Tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual.

Assim, afigura-se que estão preenchidos os pressupostos para a admissão do presente recurso de amparo constitucional, ao abrigo dos artigos 2, 3º, 4º, 5º e 16º da lei do amparo.

Das medidas provisórias:

O recorrente requereu a adoção de medidas provisórias, nomeadamente, a libertação ou a colocação em residência vigiada, por entender ter expirado o prazo legal de detenção provisória para extradição.

Como qualquer medida cautelar, as providências provisórias pressupõem a existência de fummus boni iuris, ou seja, é necessário que haja a aparência ou probabilidade de existência do direito alegado, o que, em nosso entender, não se verifica.

Nos autos de recurso de extradição nº 44/2020 Supremo tribunal de Justiça, no prazo de 61 dias (dentro dos 80), por acórdão nº 57/2020, de 16 de outubro, “concedeu provimento parcial ao mesmo, anulando o processo a partir da omissão da notificação do recorrente para apresentar as suas alegações finais, observando-se de seguida a tramitação de resulta da lei”.

Desta decisão, o recorrente interpôs recurso da decisão, pedindo a fiscalização concreta da constitucionalidade de uma parte do referido acórdão e, simultaneamente, pediu aclaração do acórdão.

O pedido de aclaração foi indeferido e, o recurso não foi admitido pelo STJ, tendo o recorrente reclamado para o Tribunal Constitucional, reclamação essa que se encontra pendente de decisão.

Por conseguinte, para além do presente recurso de amparo constitucional, o recorrente aguarda decisão sobre a reclamação apresentada ao Tribunal Constitucional, da não admissão, pelo STJ, do pedido de fiscalização concreta da constitucionalidade de uma parte do acórdão nº 57/2020, proferido nos autos de recurso de extradição nº 44/2020.

Ora, reza o nº 4 do art.º 52 da Lei nº 6/VIII/2011, de 29 de agosto, Lei da Cooperação Judiciária Internacional (LCJI) que, se da decisão do STJ, tiver havido recurso para o Tribunal Constitucional, iniciará a contagem de um novo prazo, de três meses.

Como bem alega o acórdão ora impugnado, para o qual se remete, a decisão a que se refere o nº 4 do art.º 52º não tem que ser definitiva. O Código de Processo Penal, subsidiariamente aplicável ao processo de extradição, quando pretende um determinado tipo de decisão, refere-o expressamente (vide art.º 279º do CPP - condenação em primeira instância; condenação em segunda instância; condenação com trânsito em julgado, etc.).

Pese embora ainda não haja decisão sobre a reclamação, o facto é que, da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, foi interposto recurso para o Tribunal Constitucional.

Tudo para concluir que, tendo sido interposto recurso para o TC, o prazo de detenção passa a ser de 90 dias. Por conseguinte, pelo menos enquanto não houver decisão definitiva sobre a admissão de recurso para o TC, o detido não se encontra na situação de detenção ilegal, por esgotamento de prazo.

Assim sendo, não tendo o Tribunal Constitucional decretado medidas provisórias, é nosso entendimento que a mesma posição deve ser mantida até final.

Entretanto, se assim não se entender, qualquer medida que se adopte, deve acautelar o grande risco de fuga e o perigo para a segurança do próprio recorrente. (...)”

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir sobre a admissibilidade do presente recurso de amparo constitucional, nos termos do artigo 13º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II. Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O Recurso de amparo pode ser interposto contra atos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada *A Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional*, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo.

O recurso não será admitido quando:

a) Tenha sido interposto fora do prazo

O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no artigo 5.º da Lei do Amparo.

Tendo a decisão impugnada sido notificada ao recorrente no dia 17 de novembro de 2020 e a petição de recurso dado entrada na secretaria deste Tribunal a 25 do mesmo mês e ano, o recurso mostra-se tempestivamente apresentado, atento o estabelecido no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável com as necessárias adaptações *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

O presente recurso de amparo foi interposto por meio de um requerimento apresentado na Secretaria do Tribunal Constitucional, tendo sido claramente identificado pelo recorrente como Amparo Constitucional, pelo que se dá por verificado o requisito previsto no artigo 7.º da Lei do Amparo.

ii. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo, o recorrente deverá, na petição de recurso,

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente identificou o Supremo Tribunal de Justiça como a entidade que violou os seus direitos fundamentais, mais precisamente a Seção Criminal que prolatou o Acórdão n.º 62/2020, de 17 de novembro, que indeferiu o seu pedido de *Habeas Corpus* com a seguinte fundamentação:

“A providência do habeas corpus, prevista na Constituição da República, no seu art.º 36º, é uma medida excepcional e uma garantia conferida a "qualquer pessoa detida ou presa ilegalmente" visando resolver, de forma célere, situações de prisão ou detenção ilegal.

Nos termos do artº 18º do CPP, o deferimento da providência pressupõe que a ilegalidade da prisão derive duma das seguintes situações: a) manter-se a prisão fora dos locais para esse efeito autorizados por lei; b) ter sido a prisão efectuada ou ordenada por entidade para tal incompetente; c) ser a prisão por facto pela qual a lei não permite; d) manter-se a prisão para além dos prazos fixados por lei ou por decisão judicial.

No caso "sub judice", o fundamento essencial invocado para a colocação do Requerente em liberdade é o previsto na al^a d) do artº 18º do CPP, pois entende o mesmo que se ultrapassou o prazo de oitenta dias previsto no nº 3 do artº 52º da LCJI.

Também como fundamento alegou o disposto na al^a b) do artº 18º do CPP. Vejamos, pois.

A Constituição da República, no seu artigo 30º, depois de estatuir que todos têm direito à liberdade (nº 1) e que ninguém pode ser dela privado a não ser por sentença judicial condenatória, por acto punível com prisão ou por aplicação de medida de segurança (nº 2). Excetua do princípio da liberdade nomeadamente o caso da "prisão, detenção ou outra medida coactiva " contra quem "esteja em curso processo de extradição" (nº 3, al^a f)),

A Lei nº 6/VIII/2011, de 29.08. (LCJI) é a lei geral que regula a cooperação judiciária internacional, designadamente em matéria de extradição passiva, prevendo em particular o tempo e as condições da prisão ou detenção de pessoa contra quem esteja em curso processo de extradição.

Como já foi mencionado a Relação de Barlavento, pelo seu aresto de 31.08.2020, concedeu a extradição. Interposto recurso no dia 13.08.2020, o STJ através do Acórdão nº 57/2020 decidiu esse recurso no dia 16.10.2020.

Dispõe o nº 3 do artº 52º da LCJI, sob a epígrafe "Prazo de detenção que no caso de recurso do acórdão do STJ, leia-se da Relação (vd. arts. 74º e 167º), a detenção subsiste no caso de recurso do acórdão ... que conceder a extradição, mas não poderá manter-se, sem decisão do recurso, por mais de oitenta dias, contados da data da sua interposição".

Impõe-se, pois, que o transcrito preceito seja correctamente interpretado e aplicado.

Resulta do mesmo que efectivamente o tribunal recursal deve proferir a sua decisão, sobre o recurso interposto, no prazo indicado de 80 dias contados da data em que foi interposto o recurso.

Se o fizer dentro desse prazo é o próprio preceito a extrair a consequência que daí deriva e que é a manutenção da detenção, "a detenção subsiste."

Nota-se, contudo, que tal preceito em parte alguma impõe que ocorra o trânsito em julgado desse prazo de oitenta dias.

E não pode o intérprete considerar que é exigido o trânsito em julgado dado que tal interpretação não teria “um mínimo de correspondência verbal” no texto do n.º 3 do art.º 53.º LCJI, atendendo ao disposto no n.º 2 do art.º 9.º do CC.

O que é efectivamente imposto é unicamente que a decisão recursal seja proferida dentro do prazo de oitenta dias.

Revertendo ao caso dos presentes autos temos que o recurso «resta da Relação que concedeu a extradição, foi interposto no dia 13.08.2020 e que o Acórdão do STJ foi proferido no dia 16.10.2020, isto é, ao 62.º dia, pelo que se mostra cumprido o prazo de oitenta dias previsto no art.º 52.º, n.º 3, da LCJI.

A posição que o ora Requerente defende é a de que foi ultrapassado o mencionado prazo de oitenta dias, afirmando (articulado 14.º do seu requerimento) que “No caso em concreto dos autos, do dia 13 de agosto de 2020 a 09 de novembro de 2020. 88 dias já passaram, sem que houvesse decisão definitiva do Supremo Tribunal de Justiça”.

Ao afirmar “... sem que houvesse decisão definitiva.” exprime o seu entendimento de que a decisão do STJ sobre o recurso teria que transitar em julgado dentro daquele prazo de 80 dias. Disse-o expressamente no articulado 15.º do seu requerimento: “... O presente requerimento do requerente tem também como fundamento o excesso do prazo legal de 80 dias da detenção provisória...”.

Porém, não lhe assiste qualquer razão.

É verdade que tal decisão, o Acórdão n.º 57/2020 (fs. 689 a 719), ainda não transitou em julgado. Após a sua prolação, o mesmo foi objecto de um pedido de aclaração de 26.10.2020, sobre o qual recaiu o Acórdão n.º 58/2020, de 28.10. (fs. 732 a 734), no dia 02.11.2020 o Extraditando interpôs recurso para o Tribunal Constitucional (fs. 739 a 745), recurso que foi rejeitado pelo Acórdão n.º 59/2020, de 06.11. (fs. 750 a 756); contra a não admissão do recurso foi deduzida Reclamação, entrada no dia 10.11.2020.

Dada a utilização dos meios ou mecanismos processuais indicados, já decorreu um mês desde a data da prolação do Acórdão n.º 57/2020.

A entender-se que o trânsito em julgado teria que se verificar dentro dos mencionados oitenta dias, colocar-se-ia efectivamente na disposição de qualquer extraditando o poder de sempre se fazer restituir à liberdade, desde que usasse os mecanismos processuais a seu dispor para protelar tanto quanto possível o trânsito em julgado. Assim, bastaria que posteriormente viesse alegar o excesso do mencionado prazo.

Considerando que, no âmbito do disposto no nº 3 do artº 52º da LCJI, se verifica que o mencionado prazo de 80 dias, para que o STJ decidisse o recurso interposto do Acórdão da Relação de Barlavento, foi observado, isto é, não foi ultrapassado, forçoso é considerar que a detenção do requerente para efeitos de extradição não se afigura ilegal, nem grosseira ou arbitrária, não se verificando o alegado fundamento de habeas corpus previsto na invocada alínea d) do artº 18º do CPP.

Por outro lado, a interposição de recurso para o TC, que, entretanto, não foi admitido, nos termos do nº 4 do artº 52.. faz com que o prazo para a detenção possa “prolongar-se por mais três meses contados da data da interposição ” do recurso.”

No entanto, um dos Juízes Conselheiros integrantes da Conferência que decidiu a Providência de Habeas Corpus, tendo concordado com a decisão, divergiu dos seus colegas no que diz respeito à fundamentação nos termos da declaração de voto que fez juntar ao acórdão e que a seguir se reproduz: “ O sentido da interpretação adoptado no presente acórdão seria absolutamente incontestável, caso a decisão do STJ tivesse sido no sentido de confirmar a decisão de extradição, proferida pelo Tribunal da Relação de Barlavento. Mas, sabemos já que a decisão do STJ foi no sentido de anular essa decisão de extradição, e fazer o processo regressar à fase da discussão em 1ª instância, de maneira que a questão do prazo de 80 dias está completamente ultrapassada, à data da prolação do presente habeas corpus, pois que esse prazo foi atingido, salvo erro, no dia 3 de novembro passado.

Questão que, na actualidade, se pode e se deve colocar, então, é se a ultrapassagem desse prazo prevenido no artº 52º da Lei de extradição constitui ou não razão suficiente para se ordenar a soltura do extraditando em processo de habeas corpus, previsto no artº 18º e segs. do C.P.P. (o artº 61º/2, diferentemente, prevê expressamente um caso de soltura do extraditando).

Ora, lendo e relendo o referido artº 52º da Lei de extradição aquilo que parece claro é que, em caso de esses prazos excedidos, existe, por um lado, uma obrigação legal de fazer cessar a medida detentiva e, por outro, uma obrigação de aplicar uma medida não detentiva, em substituição daquela, algo que não acontece: por exemplo, com a ultrapassagem dos prazos, prevenidos no artº 279º, do CPP em que a soltura do requerente ou beneficiário do habeas corpus se impõe.

Quer isto significar muito singelamente que a violação dos prazos prevenidos no art. 52º, autoriza o extraditando a solicitar tão a substituição da medida detentiva por uma outra (ou outras), não detentiva, que seja adequada à finalidade processual em vista. E o processo de habeas corpus não é o adequado para se formular-se esse pedido, atento o previsto no nº 4 do artº 20º do C.P.P. De resto, e como foi já decidido por acórdão anterior, a instância competente para semelhante substituição é o Tribunal da Relação de Sotavento, e não o S.T.J., e nem mesmo em processo de habeas corpus.

Se é certo, fazendo fé nas alegações do ora requerente, que esse pedido de substituição foi feito desde o dia 3 de novembro, e que até à data ainda não houve nenhum pronunciamento tal não justifica o habeas corpus, precisamente porque o S.T.J. não pode substituir o Tribunal da Relação, a não ser em sede de recurso ordinário contra uma decisão deste no sentido da não substituição da medida detentiva. No limite, a ser verdade, a queixa teria de endossada ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, ao invés do presente habeas corpus.

Claramente, a interposição do recurso para o Tribunal Constitucional suscita logo o debate sobre se o prazo de detenção passou para os 3 meses a desse requerimento.

Assim sendo, não há razão justificativa para a soltura do extraditando, enquanto único remédio a poder ser ministrado em sede de habeas corpus, com fundamento no excesso do prazo.”

O recorrente impugna, claramente, uma conduta ativa que imputa ao Supremo Tribunal de Justiça pelo facto de este ter indeferido o pedido de *habeas corpus*, configurando uma violação do direito à liberdade sobre o corpo. Parece que também atribui uma conduta passiva ao Tribunal da Relação de Barlavento, alegadamente, por não ter decidido em prazo razoável o pedido de soltura que tinha apresentado no dia 03 de novembro de 2020, por ter

entendido que já nessa data se encontrava há mais de oitenta dias em detenção preventiva sem que houvesse uma decisão definitiva sobre a extradição. E a 09 de novembro de 2020, dirigiu ao mesmo Tribunal um requerimento com o mesmo teor do anterior, tendo nele formulado um pedido idêntico e o Tribunal da Relação de Barlavento reagiu, no dia 18 de novembro de 2020, nos seguintes termos: *“Ora, sem o processo para se apreciar os caminhos trilhados, este Tribunal não pode decidir sobre o requerimento ora apresentado, pelo que o mesmo continuará, à semelhança de outro anteriormente apresentado pelos ilustres advogados do requerente, a aguardar a baixa do processo, do STJ para este Tribunal da Relação de Barlavento;”*

Para o recorrente foi-lhe violado o direito à liberdade, nomeadamente, o direito fundamental à liberdade sobre o corpo, o direito à presunção de inocência e o direito de acesso à justiça e de obter tutela dos seus direitos em prazo razoável, nos termos dos artigos 29.º, n.º 1, 30.º, n.ºs 1, 2 e 4, 31.º, n.º 1 e 4 do artigo 22.º, todos da Constituição.

A fundamentação do presente recurso apresenta-se algo extensa, o que pode não se justificar numa espécie processual que se caracteriza pela sumariedade e celeridade e com pedido de adoção de medida provisória. Compreende-se, todavia, que o contexto e a sensibilidade das questões suscitadas possam ter levado o recorrente a empreender um esforço suplementar no sentido de convencer do desacerto da posição vertida no acórdão impugnado e das razões que militam a favor das suas pretensões.

No que se refere às conclusões, além da sua extensão, não se lhe pode apontar qualquer outra deficiência.

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo: *“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais.”*

O recorrente requer ao Tribunal Constitucional que declare que o Acórdão n.º 62/2020, que indeferiu o seu pedido de *Habeas corpus* n.º 56/2020, viola o direito à liberdade, nomeadamente, o direito fundamental de liberdade sobre o corpo e que lhe seja concedido o amparo que se traduza na sua soltura imediata, a título de medida provisória.

Os requisitos de fundamentação previstos pelo artigo 8.º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível com o direito fundamental ao amparo e, neste sentido, o Tribunal tem vindo a afirmar que mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer.

Nestes termos, considera-se aceitável a fundamentação constante do presente recurso de amparo.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer;

Adotando o conceito de legitimidade recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do CPC, tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar.

Parece, pois, evidente que o recorrente tem legitimidade, atento o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo.

O facto de ser de nacionalidade venezuelana e colombiana, portanto estrangeiro, não impede que se lhe reconheçam não só a titularidade do direito de amparo constitucional, mas também a legitimidade para interpor tal recurso, se tivermos em conta, desde logo, a própria redação do artigo 20.º da Constituição, ao reconhecer a todos os indivíduos o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através do recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, e o disposto no artigo 25º da Constituição, segundo o qual os estrangeiros e apátridas que residam ou se encontrem no território nacional gozam dos mesmos direitos, liberdades e garantias e estão sujeitos aos mesmos deveres que os cidadãos cabo-verdianos, com exceção dos direitos e dos deveres reservados constitucional ou legalmente aos cidadãos nacionais.

Na verdade, nem a Constituição nem a legislação infraconstitucional cabo-verdianas reservam o exercício do direito invocado pelo recorrente aos nacionais.

Por outro lado, esta questão foi há muito ultrapassada por esta Corte, que tem reconhecido legitimidade ativa a pessoas titulares de nacionalidade estrangeira para interpor recurso de amparo. Veja-se, nesse sentido, o Acórdão n.º 4/2018, de 13 de março, n.º 5/2018, de 22 de março, *publicados na I Série, n.º 21, do Boletim oficial de 11 de abril de 2018 e o*

Acórdão n.º 12/2018, de 07 de junho de 2018, *publicado na I Série, n.º 49, do Boletim Oficial de 20 de julho de 2018*, Acórdão n.º 28/2020, de 24 de julho, *publicado no Boletim Oficial I Série n.º 139, de 23 de dezembro de 2020*.

d) *Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso*

Conforme jurisprudência firme desta Corte a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como aliás resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”

Esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente, para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

A partir do Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do *Boletim Oficial*, de 8 de agosto de 2017, o Tribunal Constitucional tem vindo a escrutinar especificadamente o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, conjugado com o preceituado no artigo 6.º do mesmo diploma legal, enquanto pressuposto de admissibilidade, e, tem reiterado o entendimento de que, sempre que possível, se deve exigir do recorrente a demonstração da verificação dessa condição de admissibilidade do recurso, ou seja, ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito

alegadamente violado em termos perceptíveis, que tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos não estejam a tramitar em qualquer outra instância.

É, pois, chegado o momento de verificar se o recorrente esgotou todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo, conforme a jurisprudência firme desta Corte das Liberdades.

Analisemos, em primeiro lugar, o esgotamento das vias ordinárias de recurso relativamente à conduta ativa que, na ótica, do impetrante se traduziu na recusa de reparação do direito à liberdade sobre o corpo pelo Supremo Tribunal de Justiça ao indeferir o seu pedido de *habeas corpus*.

O Acórdão n.º 62/2020 foi prolatado a 17 de novembro e, no dia seguinte, o ora recorrente apresentou um requerimento junto do Tribunal da Relação de Barlavento (cf. documento de fls. 245), tendo solicitado a substituição da detenção provisória por outra, que fosse adequada à finalidade processual, a extradição, com base na seguinte fundamentação:

“Com efeito declara o Venerando Juiz Conselheiro, na sua declaração de voto vencido “ora, lendo e relendo o referido art.º 52.º da Lei da extradição, aquilo que parece claro é que, em caso de esses prazos serem excedidos, existe, por um lado, uma obrigação legal de fazer cessar a medida detentiva e, por outro, uma obrigação de aplicar uma medida não detentiva, em substituição daquela (...).

De resto, e como foi já decidido por acórdão anterior, a instância competente para semelhante substituição é o Tribunal da Relação de Sotavento, e não o S.T.J., e nem mesmo em processo de habeas corpus.”

Acrescentou, transcrevendo o Acórdão n.º 62/2020, de 17 de novembro: *“Como o próprio Supremo Tribunal de Justiça confirma “Todavia, não pode este Supremo Tribunal, nesta providência de habeas corpus, pronunciar-se sobre tal matéria por duas ordens de razões.*

A primeira é que a competência para se pronunciar sobre a aplicação (ou não) de medidas não detentivas cabe efetivamente à Relação “in casu “ à Relação de Barlavento, a quem a LCJI defere a competência para conhecer do processo judicial de extradição em

primeiro grau de jurisdição, tal como já decidiu esta Suprema Instância no seu Acórdão n.º 56/2020, de 16.10.”

Termina o seu requerimento da seguinte forma:

(...) Nestes termos, requer-se a soltura do extraditando para que este, em liberdade, sob vigilância, aguarde a decisão do processo de extradição.

Caso assim não se entender,

Sempre se poderá adotar pelo descarceramento do extraditando e a sua colocação numa residência sob vigilância e segurança das autoridades cabo-verdianas,

Com saídas 4 (quatro) vezes por semana, a fim de assegurar-lhe, nomeadamente, consultas médicas, idas aos postos de saúde, barbeiros, locais para a prática de desportos, e outras necessidades.

Pelo que, se requer a substituição da detenção provisória pela colocação do extraditando numa residência sob vigilância e proteção das autoridades policiais nacionais com a possibilidade de 4 (quatro) vezes poder sair para realizar das suas necessidades básicas.

Termos que, deve V/Exia deferir o pedido de habeas corpus formulado pelo Requerente, determinando-se a sua imediata restituição plena ou uma outra medida que não viole o seu direito à liberdade.”

A leitura atenta desse requerimento permite extrair as seguintes conclusões:

- a) Que o recorrente se convenceu de que, como decidiu o Acórdão ora impugnado, a instância competente para, no âmbito do processo de extradição, substituir uma medida detentiva por uma outra não detentiva é o Tribunal da Relação, neste caso, o de Barlavento e não o Supremo Tribunal de Justiça;
- b) Que a Providência de *Habeas Corpus* não é o meio processual adequado para se fazer operar a substituição da detenção provisória por outra qualquer medida não detentiva;
- c) Que tanto assim foi que depois de ter sido notificado do Acórdão n.º 62/2020, de 17 de novembro, antes de interpor recurso de amparo junto do Tribunal Constitucional, apressou-

se a requer a substituição da detenção provisória por outras medidas não detentivas junto da instância judicial comum que considerou ser competente.

Por conseguinte, não deixa de ser anómala a estratégia adotada pelo recorrente com a qual o sistema de proteção de direitos, liberdades e garantias não pode pactuar, sob pena de se permitir a introdução de anomalias e perturbações incompatíveis com a confiança e a segurança que o sistema judicial, em geral, e a Justiça Constitucional, em especial, devem transmitir à sociedade.

Não se compreende, pois, que a 25 de novembro de 2020, poucos dias depois da formulação daquele pedido junto do Tribunal da Relação de Barlavento, o peticionário tenha decidido vir ao Tribunal Constitucional, através do presente recurso de amparo, repetir as alegações e os pedidos que ainda se encontravam pendentes numa instância judicial comum.

Basta comparar as alegações e os pedidos formulados tanto naquele requerimento como na petição que introduziu o presente recurso para cristalinamente se concluir que existe uma identidade substancial entre o sujeito, o objeto, a causa de pedir e os pedidos.

Esta atitude é tanto mais inusitada se se tiver em conta que o Tribunal Constitucional, por via do Acórdão n.º 28/2020, de 24 de julho de 2020, proferido nos Autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 19/2020, em que foi recorrente Alex Nain Saab Moran e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, não admitiu aquele recurso por falta de esgotamento das vias de recurso ordinário, exatamente, porque se tinha apresentado um recurso de amparo em que se solicitava proteção para alegadas violações de direitos, quando ainda pendia no Supremo Tribunal de Justiça um processo no âmbito do qual ainda era possível remediar a situação do recorrente.

Eis a fundamentação desse aresto:

“É, pois, prematuro admitir o presente recurso de amparo quando subsiste a possibilidade de, no âmbito do recurso ordinário pendente, o Supremo Tribunal de Justiça, com mais tempo, mais elementos, possa conceder ao recorrente a tutela do direito alegadamente violado.

Fica, no entanto, aberta a possibilidade de se interpor um novo recurso de amparo, caso o recorrente não se conforme com a decisão que venha a ser proferida no âmbito do Recurso Ordinário pendente.

O esgotamento das vias de recurso ordinário como condição sine qua nom para admissibilidade do recurso de amparo não é uma fórmula vazia ou uma mera formalidade. Trata-se de uma exigência com efeito real sobre o sistema de proteção de direitos fundamentais.

A verificação do esgotamento prévio das vias de recurso ordinário previstas na lei do processo não se basta com a interposição de qualquer recurso. Pelo contrário, pressupõe que o interessado faça uso das vias de impugnação legais de forma que todos os órgãos competentes possam pronunciar-se sobre as condutas alegadamente lesivas de posições jurídicas subjetivas fundamentais antes de franquear as portas do Tribunal Constitucional. Vale dizer que quando o processo em que se requer amparo constitucional chegue à Corte Constitucional não estejam pendentes processos paralelos que tratam do mesmo objeto, ou seja, através dos quais se pretende fazer valer as mesmas pretensões.

Na verdade, esta orientação tem vindo a ser adotada desde o Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril, publicado no Boletim Oficial I Série n.º 27, de 16 de maio de 2017 (com o desenvolvimento que conheceu através do Acórdão n.º 7/2017, de 25 de maio, publicado no Boletim Oficial I Série n.º 42, de 21 de julho de 2017), cujo trecho relevante para a questão em apreço se transcreve:

“[...], que o Tribunal Constitucional é um órgão judicial especial especificamente concebido para servir uma ordem objetiva de valores públicos que tem na sua base o indivíduo e que se assenta na dignidade da pessoa humana. Sendo instância de proteção da Constituição, da Democracia e dos Direitos, não pode ser concebida nem como jurisdição concorrente, nem alternativa e muito menos suplente em relação à ordinária. Dada à sua composição e natureza, incompatíveis com qualquer banalização, pressupõe-se que quando lhe sejam dirigidos pedidos, processos paralelos não estejam a tramitar em qualquer outra instância, nacional ou internacional.”

Quando os meios processuais acionados não sejam aqueles que legalmente são previstos como adequados para a tutela dos direitos alegadamente violados, não se dá por

verificado o pressuposto do esgotamento, a menos que o titular do direito tenha incorrido em erro processual induzido por uma decisão judicial firme, hipótese em que seria protegido pelo princípio da tutela da confiança.

Uma outra situação em que se recomenda a racionalização do esgotamento das vias de recurso ordinário é aquela na qual, apesar da escolha do meio processual legalmente adequado, o exaurimento de todas as possibilidades legais possa ser considerado excessivo ou inútil. Nesse sentido, confira-se o Acórdão n.º 24/2017, de 09 de novembro, Arlindo Teixeira versus STJ, Autos do Recurso de Amparo n.º 07/2017, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 78, de 22 de dezembro de 2017 : “ A exigência do esgotamento das vias de recurso ordinário visa, nomeadamente, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias fundamentais. Portanto, a interpretação da disposição que prevê esse pressuposto de admissibilidade do recurso de amparo não deve ser meramente formal, mas, sim a partir de um critério finalístico, no sentido de que o esgotamento das vias de recurso ordinário dá-se por verificado sempre que se demonstre ou resulte evidente que se utilizou todos os meios legais possíveis, adequados e eficazes para a defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo, antes de se lançar mão do recurso de amparo. Conhecendo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal de Justiça em matéria de impugnação das decisões sobre a elevação dos prazos de prisão preventiva, que já se citou, seria inútil ou pelo menos ineficaz aguardar pela decisão da providência de habeas corpus n.º 24/2017, a qual, como se viu, foi indeferida pelo Acórdão n.º 59/2017, de 9 de agosto. Como alegou o recorrente, do Acórdão n.º 51/2017, de 28 de julho não cabia nenhum recurso ordinário, pelo que se considera que esgotou as vias de recurso ordinário. Dá-se, pois, por verificado o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e, consequentemente, respeitado o pressuposto da alínea d) do artigo 16.º da Lei do Amparo.”

Esclarece-se que, no caso em apreço, não se induziu o recorrente em erro processual nem se considera que o meio legal de que ainda dispõe se afigura inadequado, na medida em que, tendo já o parecer do Ministério Público nos Autos do Recurso Ordinário, é provável

que a decisão venha a ser proferida no mais curto espaço de tempo compatível com o estatuto processual do recorrente.

Tendo optado por interpor recurso de amparo constitucional do indeferimento da Providência de Habeas Corpus, estando pendente aquele recurso ordinário, o recorrente assumiu o risco de ver a sua opção considerada precipitada. Por conseguinte, o Tribunal Constitucional não pode antecipar-se a qualquer instância jurisdicional comum ou de outra natureza para, admitindo o recurso de amparo e decidir sobre a adoção de medida provisória e o seu mérito, sem que esteja seguro de que, efetivamente, a alegada violação de direitos, liberdades e garantias não encontrou suficiente proteção através dos meios ordinários de tutela de posições jusfundamentais.

Essa tem sido a posição firme desta Corte que tem sido evidenciada através dos seguintes arestos:

Acórdão n.º 14/2018, de 28 de junho de 2018, publicado no Boletim Oficial N.º 49, I Série, de 20 de julho de 2018; Acórdão n.º 21/2018, de 16 de outubro, publicado no Boletim Oficial N.º 68, I Série, de 25 de outubro de 2018; Acórdão n.º 04/2019, de 24 de janeiro de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 28, I Série, de 13 de março de 2019; Acórdão n.º 17/2019, de 04 de abril, publicado no Boletim Oficial I Série n.º 46, de 24 de abril de 2019; Acórdão n.º 21/2019, de 27 de junho de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 79, I Série, de 22 de julho de 2019, Acórdão n.º 22/2019, de 27 de junho de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 79, I Série, de 22 de julho de 2019; Acórdão n.º 25/2019, de 1 de agosto de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 100, I Série, de 26 de setembro de 2019; Acórdão n.º 40/2019, de 11 de outubro de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 6, I Série, de 14 de janeiro de 2020; Acórdão n.º 44/2019, de 20 de dezembro de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 6, I Série, de 14 de janeiro de 2020; Acórdão n.º 47/2019, de 31 de dezembro de 2019, publicado no Boletim Oficial N.º 14, I Série, de 4 de fevereiro de 2020; Acórdão n.º 04/2020, de 14 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial N.º 25, I Série, de 3 de março de 2020; Acórdão n.º 07/2020, de 6 de março de 2020 - Sanou Moussa v. Supremo Tribunal de Justiça, publicado no Boletim Oficial N.º 86, I Série, de 23 de julho de 2020.

As condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua não admissão, a menos que seja aquele pressuposto

suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

A falta de esgotamento das vias de recurso ordinário constitui um pressuposto insuprível e a prática deste Tribunal tem sido no sentido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º, bastando a ausência de um para se determinar a não admissão do recurso.”

Em suma, antes de se recorrer para o Tribunal Constitucional, existem outros órgãos competentes para apreciar e eventualmente conceder a devida proteção aos titulares desses direitos, nomeadamente os tribunais comuns que também são concebidos como primeiros protetores de direitos, liberdades e garantias. O Tribunal Constitucional não pode intervir quando, no momento em que se interpõe o recurso de amparo, os órgãos judiciais ordinários ainda podem conferir a proteção requerida.

Não há, pois, razões para alterar o entendimento firmado nesse acórdão pelo que é de se reiterar esta orientação, aplicando-a ao caso *sub judice*.

Que dizer do esgotamento das vias ordinárias de recurso relativamente a uma alegada violação do direito de obter uma decisão em prazo razoável?

Como tinha ficado consignado no momento em que se escrutinou o requisito fundamentação, parece que também se imputou ao Tribunal da Relação de Barlavento uma conduta omissiva, alegadamente, por não ter decidido em prazo razoável o pedido de soltura que tinha apresentado no dia 03 de novembro de 2020, por ter entendido que já nessa data se encontrava há mais de oitenta dias em detenção preventiva sem que houvesse uma decisão definitiva sobre a extradição. E a 09 de novembro de 2020, dirigiu ao mesmo Tribunal um requerimento com o mesmo teor do anterior, tendo nele formulado um pedido idêntico e o Tribunal da Relação de Barlavento reagiu, no dia 18 de novembro de 2020, nos seguintes termos: “*Ora, sem o processo para se apreciar os caminhos trilhados, este Tribunal não pode decidir sobre o requerimento ora apresentado, pelo que o mesmo continuará, à semelhança de outro anteriormente apresentado pelos ilustres advogados do requerente, a aguardar a baixa do processo, do STJ para este Tribunal da Relação de Barlavento.*”

A forma como se estruturou a fundamentação deste recurso de amparo evidencia que a finalidade essencial da impugnação é obter um amparo para alegada violação do direito fundamental à liberdade sobre o corpo, aparecendo a alegação de que se violou o direito de obter uma decisão em tempo razoável como mais um argumento a persuadir no sentido de se conceder o amparo que se requer.

Neste sentido, a alegação que se reporta à conduta omissiva não seria dissociável da conduta ativa. Significa que a fundamentação que se utilizou para não admitir a conduta ativa teria plena aplicação para a conduta alegadamente omissiva.

Por outro lado, e como resulta claro da ordenação dos pedidos formulados, um eventual amparo para a conduta alegadamente omissiva teria uma natureza meramente declarativa, sem qualquer impacto sobre o objetivo principal que era a restituição da liberdade sobre o corpo. Um hipotético amparo que poderia traduzir-se num reconhecimento da alegada indevida dilação da decisão, ocorreria num momento em que já se sabe que a decisão já foi proferida pelo Tribunal da Relação do Barlavento.

Uma outra hipótese de análise seria admitir que tenha impugnado autonomamente a conduta omissiva, ainda que no âmbito da mesma Providência de Habeas Corpus. Todavia, essa possibilidade mostra-se inviável, na medida em que quer o Acórdão n.º 62/2020, de 17 de novembro, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, quer a declaração de voto concorrente firmaram o entendimento de que o Supremo Tribunal de Justiça não é a Instância Judicial comum competente e que é o Tribunal da Relação de Barlavento a instância competente para se pronunciar sobre a substituição da detenção provisória por outras medidas não detentivas, quando se trata de processo de extradição, não sendo também um meio idóneo para se requerer tal substituição o *Habeas Corpus*, dada a natureza excecional desta providência.

A declaração de voto concorrente do Venerando Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, que tem sido o esteio do impetrante para requerer a sua libertação junto do Tribunal da Segunda Instância, de forma expressa, considerou que, ainda que houvesse excesso de prazo relativamente à duração da detenção provisória, “*tal não justifica o habeas corpus, precisamente porque o S.T.J não pode substituir o Tribunal da Relação, a não ser em sede de recurso ordinário contra uma decisão deste no sentido da não substituição da medida detentiva.*”

Se o Tribunal *a quo* decidiu que a Providência de *Habeas Corpus* não é um meio idóneo para se requerer tal substituição, dada a natureza excecional desta providência, tendo o recorrente concordado com essa orientação relativamente à conduta ativa, por maioria de razão, não se antolha que o mecanismo especial, extraordinário e, por natureza célere, de proteção do direito à liberdade sobre o corpo da competência do Supremo Tribunal de Justiça possa configurar-se como meio idóneo para pedir a reparação de uma eventual indevida dilação num processo de extradição.

Quando os meios processuais acionados não sejam aqueles que legalmente são previstos como idóneos para a tutela dos direitos alegadamente violados, não se dá por verificado o pressuposto esgotamento das vias ordinárias de recurso.

O Tribunal Constitucional não teria problemas em escrutinar qualquer conduta de qualquer poder público que um titular de direitos considere lesiva, nomeadamente quando se imputa ao poder público violações à liberdade sobre o corpo por manutenção em prisão preventiva além do prazo estabelecido por lei ou por qualquer outra causa desconforme com o direito aplicável. Porém, só o pode fazer quando já tenham sido esgotadas todas as vias legais de proteção previstas pelo direito cabo-verdiano e em situação em que falece jurisdição aos órgãos judiciais ordinários para eles próprios poderem conferir essa tutela. Dado o percurso deste processo não se pode admitir a trâmite o pedido.

As condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua não admissão, a menos que seja aquele pressuposto suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

A falta de esgotamento das vias de recurso ordinário constitui um pressuposto insuprível e a prática deste Tribunal tem sido no sentido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º, bastando a ausência de um para se determinar a não admissão do recurso.

Termos em que, sem que seja necessário escrutinar os demais pressupostos, se conclui que não se pode admitir o presente recurso de amparo, porque falta o esgotamento das vias ordinárias de recurso previsto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º; do artigo 6.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

III - Medidas Provisórias

O recorrente roga aos Venerandos Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional que ao abrigo das pertinentes disposições da Lei do Amparo que indicou seja decreta uma série de medidas provisórias mencionadas no relatório.

Todavia, não sendo admissível o presente recurso de amparo pelos fundamentos já apresentados, fica prejudicado o conhecimento do pedido de decretação da medida provisória, em coerência com a orientação sobre a relação de dependência que existe entre a admissibilidade do recurso de amparo e o incidente de pedido para a adoção de medidas provisórias, orientação fixada desde o Acórdão n.º 08/2019, de 14 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 14 de março de 2019, nos seguintes termos:

“Existe uma relação indissociável entre o recurso de amparo e as medidas provisórias...

*A relação de instrumentalidade entre o recurso de amparo e as medidas provisórias; o facto de as medidas provisórias serem legalmente tratadas como incidentes inerentes ao recurso pendente de decisão, a forma como o pressuposto *fumus boni iuris* é concebida em sede de medidas provisórias, não nos termos em que é aferido no processo civil, ou seja, de probabilidade séria de existência do direito, mas simplesmente de avaliar a sua presença à luz do juízo de viabilidade decorrente da alínea e) do artigo 16 dessa lei, e ao contrário das providências cautelares cíveis em relação às quais a lei processual civil prevê expressamente a possibilidade de se adotar medidas cautelares preventivas, ou seja, para evitar danos que possam ocorrer ainda antes da propositura da ação (Cf. o disposto no n.º 1 do artigo 350.º do CPC), a natureza excecional do recurso de amparo que implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais, terão levado o legislador a conceber as medidas provisórias apenas como incidentes *lite pendente*.”*

Essa orientação tem sido adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: Acórdão n.º 21/2018, de 16 de outubro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 68, de 25 de

outubro de 2018; o Acórdão n.º 4/2019, de 24 de janeiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 13 de março de 2019; e o Acórdão n.º 22/2019, de 27 de junho, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, de 26 de setembro de 2019, Acórdão n.º 40/2019, de 11 de outubro, e Acórdão n.º 44/2019, de 20 de dezembro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 6, de 14 janeiro de 2020, Acórdão n.º 26/2020, de 09 de julho; Acórdão n.º 28/2020, de 24 de julho de 2020, publicados no Boletim Oficial, I Série, n.º 137, de 23 de dezembro de 2020.

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o presente recurso e, consequentemente, ordenar o arquivamento dos correspondentes autos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 22 de dezembro de 2020

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 12 de janeiro de 2021.

O Secretário,

João Borges